



ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE IDANHA-A-NOVA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E
GESTÃO FINANCEIRA**

AUDITORIA

Docente

Francisco Alveirinho Correia
Equiparado a Professor Adjunto



PROGRAMA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1 – INTRODUÇÃO

- 1.1 - Conceito e definição
- 1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal
- 1.3 - A auditoria e a credibilização da informação financeira
- 1.4 - Auditores e Revisores oficiais de Contas
- 1.5 - Tipos de auditoria
- 1.6 - A auditoria e a contabilidade
- 1.7 - A importância dos princípios contabilísticos para a auditoria
- 1.8 - A harmonização contabilística mundial e as Nic.

2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

- 2.1 - Exame das demonstrações financeiras
- 2.2 - Procedimentos gerais de auditoria
- 2.3 - Normas de auditoria
- 2.4 - Qualificação, independência e confidencialidade
- 2.5 – Materialidade e risco em auditoria
- 2.6 – Evidência e razoabilidade

3 – O RISCO EM AUDITORIA (2)

- 3.1 – Riscos Inerentes
- 3.2 – Riscos de Controlo
- 3.3 – Riscos de Detecção



PROGRAMA

A U D I T O R I A

4 – O CONTROLO INTERNO

- 4.1 - Conceito e objectivos
- 4.2 – Componentes do sistema de controlo interno
- 4.3 – Limitações dos sistemas de controlo interno
- 4.4 - Controlo interno e auditoria
- 4.5 – Levantamento e avaliação de um sistema de controlo interno
- 4.6 - A importância do controlo interno na determinação da profundidade do trabalho de auditoria
- 4.7 - Controlo interno em ambientes informatizados
- 4.8 – Novos conceitos de controlo interno

5 – Fraudes e erros

- 5.1 - Conceito
- 5.2 – Tipos
- 5.3 – Dificuldades na sua detecção
- 5.4 - Responsabilidade
- 5.5 – Redução do risco



PROGRAMA

A U D I T O R I A

6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA

- 6.1 - Considerações gerais
- 6.2 – O processo de planeamento
- 6.3 – O plano de auditoria, sua revisão e as áreas críticas
- 6.4 - Programas de auditoria
- 6.5 - Papéis de trabalho
 - 6.5.1 - O dossier permanente
 - 6.5.2 - O dossier corrente
 - 6.5.3 – Forma, conteúdos, organização, arquivo, conservação e propriedade
- 6.6 – Elaboração do relatório
- 6.7 – Emissão de parecer ou opinião

7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÁREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (26)

- 7.1 – Meios financeiros líquidos
 - 7.1.1 - Caixa
 - 7.1.2 – Depósitos á ordem
- 7.2 – Terceiros
 - 7.2.1 - Compras, fornecedores e contas a pagar
 - 7.2.2 - Vendas, clientes e contas a receber
- 7.3 – Provisões



PROGRAMA

A U D I T O R I A

7.4 – Inventários e activos biológicos

7.5 - Investimentos

7.5.1 - Investimentos financeiros

7.5.2 – Activos fixos tangíveis

7.5.3 – Activos intangíveis

7.5.4 – Investimentos em curso

7.5.5 – Depreciações amortizações acumuladas

7.6 - Capital, reservas e resultados transitados

7.7 - Gastos

7.8 - Rendimentos

8 – ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS DE ÁREAS CONEXAS COM A CONTABILIDADE - REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (10)

8.1 – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

8.2 – Estatuto profissional

8.3 - Ética e deontologia

8.4 – Acesso à profissão

8.5 – A certificação legal de contas



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal

Egipto...Babilónia...Império Romano...Reino Unido...Revolução Industrial...Crescimento Económico...Sociedades Anónimas...Complexidade Gestão...EUA/Canadá/Japão/Europa...

Internacionalização dos Negócios...América Latina...Multinacionais...África/Índia/Austrália... Disciplinas Autónomas...Grandes Falências/Enron, Worldcom....

Datas marcantes: Crise de 1929 e 2.ª Guerra Mundial



INTRODUÇÃO

A
U
D
I
T
O
R
I
A

1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal

Egipto...Babilónia...Império Romano...Reino Unido...Revolução Industrial...Crescimento Económico...Sociedades Anónimas...Complexidade Gestão...EUA/Canadá/Japão/Europa...
Internacionalização dos Negócios...América Latina...Multinacionais...África/Índia/Austrália...
Disciplinas Autónomas...Grandes Falências/Enron, Worddcom....

Datas marcantes: Crise de 1929 e 2.ª Guerra Mundial



INTRODUÇÃO

A
U
D
I
T
O
R
I
A

1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal

Quanto à finalidade

Descoberta de fraudes e erros → Opinião

Complementarmente

Eficiência operacional

Detecção de fraudes e erros

Quanto ao método e procedimentos

Totalidade das operações → Amostras



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal

1969: Regime Jurídico da Fiscalização das SA e Criação da Figura do ROC

1972: Estatuto do ROC

1974: Criação da Câmara dos ROC

1979: Revisão do estatuto dos ROC

1986: Publicação do CSC

1991: Publicação do CMVM

1993. Revisão de Estatuto dos ROC – DL n.º 487/99, de 16/11.

1999: revisão do Estatuto dos ROC e CMVM



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.2 - Evolução histórica da auditoria no mundo e em Portugal

REVISÃO LEGAL DE EMPRESAS – OROC - ROC

AUDITORIA CONVENCIONADA OU VOLUNTÁRIA

Actividade livre

Multinacionais e SROC

A PARTIR DE 2000:

A AUDITORIA É UMA ACTIVIDADE DE INTERESSE PÚBLICO

COMETIDA EM EXCLUSIVO AOS ROC

Período transitório – 5 anos



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.3 - A auditoria e a credibilização da informação financeira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RESPONSABILIDADE – Administração e TOC

PRINCIPAL FONTE INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL – Risco de manipulação

UTENTES – Restrições de acesso - Confidencialidade

QUEM PREPARA E QUEM UTILIZA– Necessidade de auditoria

CREDIBILIZAÇÃO DAS DF – Auditor independente



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.4 - Auditores e Revisores oficiais de Contas

PROFISSÃO

QUALIFICADO

INDEPENDENTE

DIGNIDADE

INCOMPATIBILIDADE

CONSCIÊNCIA PROFISSIONAL

SEGREDO PROFISSIONAL

PUBLICIDADE

REMUNERAÇÃO

CAMPO DE ACÇÃO



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.4 - Auditores e Revisores oficiais de Contas

PERFIL

Dinâmico e com simpatia pessoal

Capacidade de escuta

Educado e de trato social

Facilidade de relacionamento

Comportamento com desenvoltura

Susceptível de criar um clima de confiança

Boa presença

Honesto

Objectivo



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.4 - Auditores e Revisores oficiais de Contas

VIRTUDES

Paciência

Serenidade

Veracidade

Justiça

Prudência

Humildade

Magnânimo

Diligente



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.4 - Auditores e Revisores oficiais de Contas

COMPORTAMENTO

MÁXIMA CORRECÇÃO E TRATO AMÁVEL

NÃO FAZER PUBLICAMENTE JUÍZOS PESSOAIS

DISCRETO E OBJECTIVO

DISCIPLINADO, ORDENADO E METÓDICO

PLANIFICAR O TRABALHO

RELATÓRIOS CUIDADOS, CLAROS, BREVES E SUCINTOS

INDEPENDENTE E LIMPO DE MENTE

SABER ESCUTAR E NÃO FALAR DE SI

NÃO SE PRONUNCIAR SOBRE O TRABALHO DOS OUTROS AUDITORES E
SOBRE CONVERSAS MANTIDAS

EVITAR DISCUSSÕES E QUAISQUER TIPO DE SITUAÇÕES



INTRODUÇÃO

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

1.5 -Tipos de auditoria

QUANTO Á NATUREZA

INTERNA

CONTABILÍSTICA

OPERACIONAL

GESTÃO

EFICÁCIA

INFORMÁTICA

PREVISIONAL

ENERGÉTICA

SISTEMAS

ETC...

EXTERNA

FINANCEIRA

DESEMPENHO

EFICIÊNCIA

SOCIAL

MARKETING

AMBIENTAL

JURÍDICA

FISCAL E TRIBUTÁRIA



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.5 – Tipos de Auditoria

Quanto ao posicionamento do auditor/entidade auditada

INTERNA E EXTERNA

Quanto à génese

BASE LEGAL E CONVENCIONADA OU VOLUNTÁRIA

Quanto ao âmbito

GERAL E PARCIAL

Quanto à segurança do auditor

COMPLETA E SIMPLIFICADA

Quanto à ordem do mandato

PÚBLICA E PRIVADA



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.5 – Tipos de Auditoria

Quanto à profundidade e extensão

INTEGRAL E POR AMOSTRAGEM

Quanto à periodicidade

ÚNICA E PERMANENTE

Quanto à data da auditoria e o objecto da auditoria

RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.6 - A auditoria e a contabilidade

CONTABILIDADE – Ciência de natureza económica que tem por objecto o estudo das modificações ocorridas no património das empresas ou entidades, relevando em qualquer momento, a sua composição quantitativa e qualitativa.

Fins da contabilidade:

- 1 – Registrar as alterações qualitativas e quantitativas
- 2 – Analisar e interpretar os registos
- 3 – Fornecer as bases objectivas para o cálculo dos impostos
- 4 – Fornecer aos *stakeholders* os meios de informação
- 5 – Fornecer dados para o tratamento estatístico

A auditoria....avalia a informação.....se é digna de confiança...e. representa a verdadeira situação.....com respeito pelas normas.

A AUDITORIA É PORTANTO INDEPENDENTE DA CONTABILIDADE, MAS TODAVIA COMPLEMENTAR



INTRODUÇÃO

A U D I T O R I A

1.7 - A importância dos princípios contabilísticos para a auditoria

PCGA – conjunto de regras de natureza técnica estabelecidas por uma entidade legal ou profissionalmente reconhecida que devem ser observadas na elaboração das DF.

Assumem a natureza de princípios, métodos, critérios, procedimentos e práticas.

Impostas pela via legislativa ou pelas associações profissionais de contabilidade

Opinião: Sem reservas, ou
Com reservas



INTRODUÇÃO

A
U
D
I
T
O
R
I
A

1.8 - A harmonização contabilística mundial e as Nic.

A informação financeira diferente de mercado para mercado

economia, planos contabilísticos, regras contabilísticas, associações profissionais, diferentes níveis de fiscalidade, inflação, etc...

Pouca confiança nas DF das empresas

Dificuldades em comparar, analisar e interpretar

Que normas contabilísticas adoptar?



INTRODUÇÃO

A
U
D
I
T
O
R
I
A

1.8 - A harmonização contabilística mundial e as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC)

Na perspectiva de interesse público, elaboração de um conjunto de normas contabilísticas de qualidade, compreensíveis e susceptíveis de aplicação, que exigem informação transparente e comparável nas DF

IASC/IASB/IOSCO

EU – 4.ª, 7.ª e 8.ª Directivas do Conselho

Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

Directrizes da CNC – 29 directrizes e 3 normas supletivas

NIC/RELATO FINANCEIRO



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

2.1 - Exame das demonstrações financeiras

DF – Fonte de informações acumuladas processadas pela contabilidade

Reportadas ao final de cada exercício

Contas anuais de prestação de contas

Situação económica, financeira e patrimonial

Resultados obtidos – desempenho

Clareza e credibilidade

Balanço, Demonstração de resultados e Anexo



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

2.2 - Procedimentos gerais de auditoria

Procedimento – maneira de fazer, efectuar

Procedimento de auditoria – métodos ou técnicas utilizadas

Procedimentos de auditoria – Gerais e específicos

Inspecção física, documental e contabilística, observação, questionários, perguntas, confirmação, análise, comparação, verificação, etc...



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

2.2 - Procedimentos gerais de auditoria

TESTES – destinam-se a confirmar ou provar

TESTES de Conformidade – Destinam-se a confirmar se os procedimentos de contabilidade e de controlo interno se encontram em funcionamento

TESTES Substantivos – Destinam-se a provar a exactidão dos saldos das DF:

Saldos de maior valor e contas susceptíveis à ocorrência de erros ou fraudes



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

2.3 - Normas de auditoria

Visam a regulamentação e a harmonização de aspectos relacionados com a competência e independência, com o planeamento, a execução e a documentação dos trabalhos e com a preparação dos relatórios finais, sendo normalmente complementadas com recomendações sobre aspectos mais complexos ou mais controversos

Vantagens – reputação profissional

Insuficiências – falências nos negócios



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

2.3 - Normas de auditoria geralmente aceites

Relativas à pessoa do auditor

Habilitada, independente e máximo de cuidado, prudência e zelo no trabalho e conclusões

Relativas à execução do trabalho

Planeamento, avaliação do SC e do SCI e obtenção de elementos comprobatórios

Relativas ao parecer

Deve esclarecer e expressar a opinião do auditor



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

2.3 - Normas de auditoria

Normas técnicas de auditoria em Portugal

Emitidas pela OROC

Normas de auditoria dos EUA

Outras normas de auditoria:

França

Reino Unido

IFAC – International Federation of Accountants

	 2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	2.4 - Qualificação, independência e confidencialidade Qualificação Académica Experiência profissional Membro de organismo Independência Isenção Plena liberdade de opinião Confidencialidade Sigilo Não divulgação Segredo

	 2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	2.5 – Materialidade e risco em auditoria MATERIALIDADE – Informação relevante cuja omissão ou distorção influencia as decisões dos utilizadores das DF Natureza qualitativa Não há parâmetros quantitativos Utilização de rácios e indicadores Responsabilidade do auditor Omissão ou distorção material – vai ao relatório de auditoria Omissão ou distorção sem materialidade – comunicar à entidade para rectificar



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

2.5 – Materialidade e risco em auditoria

RISCO –Emissão de uma opinião não apropriada sobre as DF

Risco inerente – características da entidade – nível de actividade - exógeno

Risco de controlo – sistema de controlo – qualidade - endógeno

Risco de detecção – temporal e espacial – só este é influenciável pelo auditores

Directrizes n.ºs 320 e 400 da OROC



2 – CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

2.6 – Evidência e razoabilidade

Evidência – Obtenção de suficientes e adequados Elementos comprobatórios, através de inspecção, observação, indagação e confirmação, para proporcionar base razoável para a emissão de parecer sob as DF em apreciação

Razoabilidade - Exposições informativas contidas nas DF, serão consideradas como razoavelmente adequadas , a menos que se declare diversamente no Parecer.



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

Risco em auditoria (Ra)

Risco de vir a emitir uma opinião não apropriada sobre demonstrações financeiras que comportam deficiências materiais.

Decompõe-se em três componentes:

- risco inerente (Ri)
- risco de controlo (Rc)
- risco de detecção (Rd)

$$- Ra = Ri \times Rc \times Rd$$



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

3.1 - Risco inerente (Ri)

Probabilidade de ocorrerem deficiências com materialidade nas demonstrações financeiras ou nos saldos das contas, sem entrar em conta com o sistema de controlo interno instituído na empresa. É o risco que deriva das características da própria empresa (industrial, comercial, bancária, seguradora, serviços, logística).



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

3.2 - Risco de controlo (Rc)

Probabilidade de ocorrência de uma deficiência com materialidade nas demonstrações financeiras ou nos saldos das contas sem ser oportunamente evitada ou detectada pelo sistema de controlo instituído na empresa.



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

Se o sistema de controlo interno for eficaz, mais baixo é o risco das demonstrações financeiras serem afectadas por distorções materiais.

Se o sistema de controlo interno não for satisfatório, o risco de práticas fraudulentas ou de ocorrência de erros será elevado.



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

3.3 - Risco de detecção (Rd)

Probabilidade de os procedimentos realizados pelo auditor não detectarem uma deficiência com materialidade nas demonstrações financeiras ou nos saldos das contas.



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

Quanto maior for a extensão - temporal e espacial - dos procedimentos de auditoria $\Rightarrow$ mais baixo é o risco de detecção (menor é a probabilidade de o auditor não detectar deficiências materiais nas demonstrações financeiras)

Quanto menor for a extensão - temporal e espacial - dos procedimentos de auditoria $\Rightarrow$ mais elevado é o risco de detecção (maior é a probabilidade de o auditor não detectar deficiências materiais nas demonstrações financeiras)



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

Riscos não influenciáveis pelo auditor

Risco inerente (p.e. natureza da actividade)

Risco de controlo (p.e. SCI)



3 – O RISCO EM AUDITORIA

A
U
D
I
T
O
R
I
A

Riscos influenciáveis pelo auditor

Risco de detecção (p.e. extensão temporal e espacial dos procedimentos de auditoria)

	 3 – O RISCO EM AUDITORIA
A U D I T O R I A	Normas profissionais sobre risco de auditoria Directriz de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas 400 – Avaliação do risco de Revisão/Auditoria Norma Internacional de Auditoria do IAASB 200 - Objectivo e Princípios Gerais que Regem uma Auditoria de Demonstrações Financeiras

	 4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.1 - Conceito e objectivos O SCI é o plano de organização e todos os métodos e procedimentos adoptados pela administração de uma entidade para auxiliar a atingir o objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos seus negócios, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguardados activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.1 - Conceito e objectivos ■ A confiança e integridade da informação ■ A conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos ■ A salvaguarda dos activos ■ A utilização económica e eficiente dos recursos ■ A realização dos objectivos estabelecidos para as operações ou programas

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.1 - Conceito e objectivos TIPOS DE CI ■ CI administrativo – Inclui o plano de organização e os procedimentos e registos que se relacionam com os processos de decisão e que conduzem à autorização das transacções pela administração ■ CI Contabilístico – Compreende o plano de organização e os registos e procedimentos que se relacionam com a salvaguarda dos activos e com a confiança que inspiram os registos contabilísticos

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.1 - Conceito e objectivos ELEMENTOS FUNDAMENTAIS ■ Definição de autoridade e delegação de responsabilidades ■ Segregação, separação ou divisão de funções ■ Controlo de operações ■ Numeração de documentos ■ Adopção de provas e conferências independentes

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.1 - Conceito e objectivos TÈCNICA DA AMOSTRAGEM ■ Métodos estatísticos ■ Métodos não estatísticos ■ Experiência do auditor

	4 – O CONTROLO INTERNO	
A U D I T O R I A	4.2 – Componentes do sistema de controlo interno O AMBIENTE DE CONTROLO Estilo de gestão, integridade e valores éticos de gestão, competência e eficiência de gestão, adequação da estrutura orgânica, definição de autoridade e responsabilidade e qualificação de RH. O SC E OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO O SC, procedimentos de controlo, segregação de funções, segurança na autorização das operações, segurança no registo das operações, protecção de activos, verificações periódicas, medidas de gestão de pessoas e monitorização permanente do funcionamento do SCI.	

	4 – O CONTROLO INTERNO	
A U D I T O R I A	4.3 – Limitações dos sistemas de controlo interno Dimensão das empresas/entidades Motivação da administração Custo de implantação e os benefícios esperados Utilização da informática Conluio, erros e fraudes Transacções pouco usuais	

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.4 - Controlo interno e auditoria O SCI é de grande utilidade para a AE e a AI O estudo do SCI é obrigatório nas auditorias Esse estudo serve para estabelecer a extensão dos procedimentos de auditoria A avaliação do SCI é o ponto de partida das auditorias

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.5 – Levantamento e avaliação de um sistema de controlo interno Recolha de informações Preenchimento de questionários Elaboração de memórias narrativas Preparação de fluxogramas

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.5 – Levantamento e avaliação de um sistema de controlo interno Avaliação preliminar Prova de eficiência Testes de controlo Avaliação definitiva Relatório Sugestões

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.6 - A importância do controlo interno na determinação da profundidade do trabalho de auditoria Após o levantamento e avaliação do SCI: Adequado – testes de conformidade Não adequado – testes de conformidade + testes substantivos

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.7 - Controlo interno em ambientes informatizados A evolução tecnológica e o seu impacto na organização Procedimentos gerais, de controlo das aplicações

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Ambiente de Controlo Evolução dos Riscos Actividades do Controlo Informação e Comunicação Supervisão

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Ambiente do Controlo Comportamento (da organização e do pessoal afecto ao controlo). Honradez, integridade, valores éticos e competência do pessoal. Filosofia da Direcção, estilo de gestão e forma de actuar. Comité de auditoria. Distribuição da autoridade e responsabilidade. Políticas e práticas em matéria de recursos humanos.

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Avaliação dos Riscos Internos e externos. Diferentes categorias de objectivos, compatibilidade e consistência entre si. Modificação de objectivos de forma dinâmica e contínua. Identificação e análise dos riscos. Gestão da mudança. Visão de futuro.

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Actividades do Controlo Políticas e procedimentos em consonância com as directrizes da Direcção. Adopção de medidas adequadas a contornar os riscos. Tipos de actividades de controlo (qualquer parte da organização, nível, função e compreende um série de actividades muito diferenciadas.

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Informação e comunicação Estratégias e sistemas integrados. Qualidade da informação. Comunicação interna e externa. Meios de comunicação disponíveis

	4 – O CONTROLO INTERNO
A U D I T O R I A	4.8 – OS Novos Conceitos do Controlo Interno Supervisão Supervisão permanente do SCI. Avaliação da qualidade e do rendimento. Avaliações pontuais. Avaliações baseadas num sistema misto. Em função da avaliação dos riscos e da eficácia dos procedimentos. Comunicação à Direcção das deficiências/ pontos fracos/ áreas críticas.

	5 – Fraudes e erros
A U D I T O R I A	5.1 – Conceito “Fraude é um acto intencional praticado por um ou mais indivíduos entre a gerência, os empregados, ou terceiras partes, que tenha como consequência uma apresentação errada nas DF” IFAC “Erro é uma falha não intencional nas DF” IFAC



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.2 – Tipos

FRAUDE

-Distorção da informação com apropriação indevida de valores (desfalque, alcance, suborno, etc...)

-Distorção da informação com propósito manipulador (falsificação, deturpação ou omissão de factos, operações ou transacções e aplicação errónea de PCGA)

ERRO

-De princípio (desconhecimento de um PCGA)

-De aplicação, omissão, inclusão errónea (validação transacções e exactidão nas operações)



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.2 – Tipos

FRAUDE – “erros intencionais”

“BLUE – COLLAR CRIME” – Pessoal fabril, operário e do armazém

“WHITE - COLLAR CRIME” – Proprietários, gerentes, directores, dirigentes



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.3 – Dificuldades na sua detecção

Não há SCI totalmente seguros

Conluíus

Apropriação indevida

Corrupção

Furto



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.3 – FREQUÊNCIA de FRAUDES

Apropriação indevida ~ 45%

Corrupção ~ 30%

Furto ~ 20%

Outros ~ 5%

CONTAS MAIS UTILIZADAS

Caixa e bancos ~ 18%

Existências ~ 17%

Contas a receber ~ 10%



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.4 - Responsabilidade

A implementação de SCI adequado é da responsabilidade da Administração/Direcção/Gerência

O auditor, utilizando a técnica da amostragem, corre um risco de não detectar as distorções materialmente relevantes

Os indícios de crime devem ser comunicados às autoridades judiciais



5 – Fraudes e erros

A
U
D
I
T
O
R
I
A

5.5 – Redução do risco

Implantação de um adequado SCI

Avaliação e melhoria do SCI

Criação de um serviço de auditoria interna

Norma Internacional de Auditoria N.º 240.

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.1 - Considerações gerais Qualquer processo de planeamento pressupõe conhecer o cliente, o seu ambiente interno e externo, as suas áreas críticas, saber definir os programas de auditoria, o nível de materialidade e o risco e fixar o plano geral de auditoria.

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.2 – O processo de planeamento A primeira fase de uma auditoria é planeamento em que o auditor tem de: - Conhecer o cliente - Conhecer a sua actividade e o sector - Determinar o risco de detecção - Indicar o número de DUA a afectar

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.3 – O plano de auditoria, sua revisão e as áreas críticas O faseamento de uma auditoria engloba: Planeamento, levantamento do SCI, testes de conformidade, avaliação do SCI, revisão do planeamento, testes substantivos e emissão da opinião ou parecer. A avaliação do SCI pode levar o auditor a rever todo o planeamento, incluindo os programas de trabalho tendo em conta o risco de detecção. As áreas críticas consubstanciam-se nos aspectos das DF que evidenciam maior risco para o trabalho de auditoria

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.4 - Programas de auditoria Programas de trabalho compostos de acções que integram pormenorizadamente os procedimentos a executar no âmbito da auditoria São elaborados por cada área crítica das DF Após a avaliação do SCI poder-se-á proceder à revisão dos programas de trabalho

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.5 - Papéis de trabalho Conjunto de elementos escritos obtidos ou elaborados pelo auditor e que integram os registos das informações obtidas, do plano de auditoria, dos programas de auditoria, dos testes que efectuou, das provas que obteve, das conclusões a que chegou e das recomendações que entender propor. Devem obedecer à regra dos 4c's.

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.5 - Papéis de trabalho OBJECTIVOS - Respeitar as NAGA - Acumular as provas – evidência - Auxiliar o auditor - Facilitar a revisão - Servir de base para avaliação dos auditores - Ajudar no trabalho da próxima auditoria - Representar fé pública junto dos tribunais

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.5.1 - O dossier permanente Engloba as informações importantes e que podem ser consultadas durante a realização das auditorias presente e futuras (historial, estatutos, organograma, órgãos sociais, plano de contas, contratos vários, orçamentos, documentos de prestação de contas, etc...) Deve ser periodicamente revisto e actualizado

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.5.2 - O dossier corrente Engloba os papéis de trabalho de cada auditoria, designadamente os programas de auditoria e os mapas de trabalho (DF auditadas, avaliação do SC e SCI, cópia dos documentos relevantes, registos dos testes de conformidade e substanciação e respectivas conclusões, etc...). Devem estar codificados, mas não existe um critério universal para o efeito. Podem ser codificados por sistema numérico, alfabético ou misto.

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.5.3 – Forma, conteúdos, preparação, organização, arquivo, conservação e propriedade Os documentos de trabalho são arquivados nos dossier permanente e corrente. Os papéis de trabalho devem ser guardados em segurança e por um período de tempo razoável. O auditor deve manter a confidencialidade dos papéis de trabalho. Os papéis de trabalho são propriedade do auditor que os pode disponibilizar ao cliente.

	6 – PLANEAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DE UM TRABALHO DE AUDITORIA
A U D I T O R I A	6.6 – Elaboração do relatório Qualquer auditoria termina com a entrega ao cliente do relatório contendo a opinião ou parecer (CLC) sobre as DF auditadas O relatório é publicitado nos casos das empresas cotadas em bolsa, nas SA e nas grandes por quotas não cotadas. Em Portugal o relatório de auditoria designa-se por CLC e só pode ser emitido pelos ROC

	7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.1 – MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS 7.1.1 – Caixa CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES VALORES EM PODER DOS CAIXAS SISTEMA DE FUNDO FIXO VALORES EM MOEDA ESTRANGEIRA GUARDA DE VALORES REGISTO DE COBRANÇAS DEPÓSITOS DE COBRANÇAS AUTORIZAÇÕES DE PAGAMENTOS CONTAGENS FÍSICAS DÉBITO AO TESOUREIRO CRÉDITO E ANULAÇÕES AO TESOUREIRO ADIANTAMENTOS COBRANÇAS POR AGENTES, COBRADORES E OUTROS GUARDA DE OUTROS VALORES MÁQUINAS DE VENDA AUTOMÁTICA PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA CONTAGEM FÍSICA DO SALDO DA CONTA CAIXA VALES À CAIXA VERIFICAÇÃO DAS TAXAS CAMBIAIS CONFERÊNCIAS DIVERSAS (somas, transportes, etc)

	7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.1.2 – Bancos CONTROLO INTERNO VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS VERIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS ENTRE BANCOS PREPARAÇÃO DE REMESSA DE CHEQUES DEPÓSITO DE VALORES RECEBIDOS PELO CORREIO TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS RECONCILIAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS ASSINATURAS AUTORIZADAS VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS CHEQUES EM TRÂNSITO CANCELAMENTO DE CHEQUES GUARDA DE CHEQUES CHEQUES INUTILIZADOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS CONFERÊNCIA DE CHEQUES EM TRÂNSITO CONFERÊNCIAS DIVERSAS

	7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.2 – Compras de bens e serviços, pessoal e dívidas a pagar CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES DÉBITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA CONTROLO DE SALDOS DEVEDORES PRAZOS DE DÉBITOS A TERCEIROS APROVAÇÃO DE CADA COMPRA PROCESSAMENTO DA COMPRA RECEPÇÃO DE BENS CONFERÊNCIA DA FACTURA CIRCULARIZAÇÃO PERIÓDICA DE FORNECEDORES BALANCETES DE ANTIGUIDADES DE SALDOS CONTROLO PERIÓDICO DE DE SALDOS DE LETRAS A PAGAR GASTOS COM O PESSOAL PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA CIRCULARIZAÇÃO DIRECTA DE SALDOS DAS DÍVIDAS A PAGAR CUT OFF DAS COMPRAS VERIFICAÇÃO ANUAL DE SALDOS DAS DÍVIDAS A PAGAR ANÁLISE DOS DÉBITOS ANULADOS

	7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.3 – Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES SISTEMA DE INVENTÁRIO PERMANENTE OU INTERMITENTE-entradas, armazenagem, movimentação e saídas REDUÇÃO AO MÍNIMO DAS QUANTIDADES DE INVENTÁRIOS CONTROLO FÍSICO DOS INVENTÁRIOS INSTALAÇÕES DE ACESSO RESTRITO ANÁLISE DAS SITUAÇÕES QUE IMPLIQUEM DEPRECIAÇÃO /DETERIORAÇÃO/OBSOLESCÊNCIA CONTROLO CONTABILÍSTICO DOS INVENTÁRIOS MENSURAÇÃO QUEBRAS E SOBRAS MÉTODOS DE CUSTEIO DAS SAÍDAS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA TESTES À VALORIZAÇÃO DOS INVENTÁRIOS FINAIS CUT OFF DAS COMPRAS E VENDAS TESTES ÀS CONTAGENS FÍSICAS ANÁLISE DO SALDO DAS PERDAS POR IMPARID. ACUMULADAS

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.3 – Inventários e custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA CONTAGEM FÍSICA DE EXISTÊNCIAS INSTRUÇÕES ESCRITAS RESPONSÁVEL DATA E HORA EQUIPAS IDENTIFICAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS CONTAGENS DIRECTAS AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO CUT OFF DAS COMPRAS E VENDAS COMPARAÇÃO COM ANOS ANTERIORES ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTABILIDADE ANLÍTICA SUFICIÊNCIA DA PROVISÃO PARA DEPRECIACÃO DE EXISTÊNCIAS CORRECÇÕES DECORRENTES DA CONTAGEM FÍSICA REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.4 - Investimentos financeiros CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES SISTEMA DE CONTROLO FÍSICO E FINANCEIRO AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE MOVIMENTOS SUFICIÊNCIA DA PROVISÃO CONSTITUIDA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL MENSURAÇÃO TITULARIDADE EXISTÊNCIA DE ÓNUS CONTABILIZAÇÃO DAS MAIS E MENOS VALIAS OBTIDAS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA CONFIRMAÇÃO DA TITULARIDADE VERIFICAÇÃO DO CÁLCULO DAS AMORTIZAÇÕES VERIFICAR O MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL VERIFICAÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO DAS MAIS E MENOS VALIAS

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.5 – Investimentos não financeiros Activos fixos tangíveis CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES SISTEMA DE CONTROLO DO PATRIMÓNIO CADASTRO INDIVIDUAL DOS BENS CONTROLO E INSPECÇÃO FÍSICA PERIÓDICA DOS BENS POLÍTICA DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO TITULARIDADE E ÓNUS SEGUROS DOS BENS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA VERIFICAR A VALORIZAÇÃO DOS BENS CONFERIR AUMENTOS E ABATIMENTOS CONFERIR O CÁLCULO DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES CONFIRMAR A TITULARIDADE VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE ÓNUS VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE REAVALIAÇÕES CONFERIR OS INVESTIMENTOS EM CURSO

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.5 – Investimentos não financeiros Activos intangíveis CONTROLO INTERNO SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES POLÍTICA DE CAPITALIZAÇÃO POLÍTICA DE AMORTIZAÇÃO TITULARIDADE E ÓNUS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA CÁLCULO DAS AMORTIZAÇÕES CONFIRMAÇÃO DA TITULARIDADE EXISTÊNCIA DE ÓNUS CONFERIR OS INVESTIMENTOS EM CURSO

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.6 – Vendas, prestações de serviços e dívidas a receber CONTROLO INTERNO - SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES - CRÉDITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA - SALDOS CREDORES - PRAZOS DE CRÉDITOS - ONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES - APROVAÇÃO DE CADA VENDA - DOCUMETAÇÃO DA VENDA - CONFIRMAÇÃO PELOS CLIENTES DA RECEPÇÃO DAS VENDAS - CIRCULARIZAÇÃO PERIÓDICA DE CLIENTES - BALANCETES DE ANTIGUIDADES DE SALDOS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA - CIRCULARIZAÇÃO DIRECTA DOS SALDOS DAS CONTAS A RECEBER - CUT OFF DAS VENDAS - ANÁLISE DO RISCO DE INCOBRALIDADE - ADEQUAÇÃO DAS PROVISÕES PARA COBRANÇA DUVIDOSA - VERIFICAÇÃO ANUAL DE SALDOS - ANALISE DOS CRÉDITOS ANULADOS

	 7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A U D I T O R I A	7.7 – Acréscimos e deferimentos ACTIVOS E PASSIVOS CONTROLO INTERNO - SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES - SALDOS DAS CONTAS - ADIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA - COMPARAÇÃO DE SALDOS - CONFIRMAÇÃO DAS ADIÇÕES E TRANSFERÊNCIAS - VERIFICAÇÃO DE CÁLCULOS



7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

7.8 – Provisões

CONTROLO INTERNO

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES
CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES
RISCO
SUFICIÊNCIA
SALDOS DAS CONTAS

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

CÁLCULO DAS PROVISÕES
CONFIRMAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO
VERIFICAÇÃO DA VARIEDADE DE PROVISÕES E RISCO
ASSOCIADO
VERIFICAÇÃO DE REFORÇOS E ANULAÇÕES
VERIFICAÇÃO DE CÁLCULOS



7 – OBJECTIVOS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA ÀS DIFERENTES ÀREAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

7.9 – Capital próprio

CONTROLO INTERNO

SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES
CONFORMIDADE COM ESTATUTOS E DELIBERAÇÕES
SALDOS DAS CONTAS
POLÍTICA DE DIVIDENDOS
DIVULGAÇÃO NO ANEXO

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

CONFIRMAÇÃO DO VALOR DO CAPITAL (CRC)
VERIFICAÇÃO DO CAPITAL INICIAL E AUMENTOS
CRIAÇÃO DE RESERVAS
VERIFICAÇÃO DAS REVALORIZAÇÕES
VERIFICAÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS
VERIFICAÇÃO DAS ACTAS
VERIFICAÇÃO DE ACONTECIMENTOS POSTERIORES
SIGNIFICATIVOS

	 8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
A U D I T O R I A	8.1 – ORDEM dos REVISORES OFICIAIS DE CONTAS - OROC REPRESENTA E AGLUTINA OS ROC E AS SROC SUPERINTENDE EM TODOS OS ASPECTOS RELACIONADOS COM A PROFISSÃO ROC'S SUJEITOS A CONTROLO DE QUALIDADE NORMAS DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

	 8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
A U D I T O R I A	8.2 – Estatuto profissional Atribuições (art.º 5.º) Órgãos (art.º 12.º) Âmbito de actuação (art.º 40.º) Revisão legal de contas (art.º 41.º) Auditoria às contas (art.º 41.º) Outros serviços relacionados (art.º 41 e 46.º) Outras intervenções do ROC (art.º 47 e 48.º) Certificação legal de contas (art.º 44.º) Forma de Exercício (art.º 49.º) Direitos e deveres (art.º 52.º)

	 8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
A U D I T O R I A	8.2 – Estatuto profissional Vínculo contratual (art.º 55.º) Inamovibilidade (art.º 54.º) Honorários (art.º 60 e 160.º) Controlo de qualidade (art.º 68 e 69.º) Publicidade (art.º 71.º) Sigilo profissional (art.º 72.º) Caução (art.º 73.º) Incompatibilidades (art.º 75 a 78.º) Impedimento (art.º 79.º) SROC (art.º 94 a 122.º)

	 8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
A U D I T O R I A	8.3 – Acesso à profissão Requisitos legais Exame de admissão REVISORES DE CONTAS DA UE



8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A
U
D
I
T
O
R
I
A

8.4 – A certificação legal de contas

Exprime a opinião do ROC sobre se as DF apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa/entidade, bem como os resultados das suas operações, relativamente à data e ao período a que os mesmos se reportam.

A CLC é dotada de Fé Pública e só pode ser impugnada por via judicial, no prazo de 120 dias após o seu depósito na competente Conservatório do Registo comercial, quando arguida de falsidade.



8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A
U
D
I
T
O
R
I
A

8.5 – Tipos de certificação legal de contas

NORMAS TÉCNICAS

Simple ou limpa (imaterialidade/ênfases)

Modificada (material)

ênfases – incertezas ou qualificação
reservas – limitação ou
desacordo

adversa – limitações muito materiais
escusa – desacordos muito materiais
impossibilidade – inexistência de DF



8 – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

8.6 - Ética e deontologia

**A
U
D
I
T
O
R
I
A**

Aplicabilidade

Princípios

Publicidade

Deveres

Consultadoria

Honorários

Responsabilidade disciplinar

(As NEDP foram publicadas no DR em 26/12/2001)